

RESENHA

Norval da Silva*

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império**: o Reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2014. 177 p.

Atualmente há muitas perspectivas quando se tenta fazer uma análise de quem foi Jesus e de suas ênfases e propósitos. No livro *Jesus e o Império: O Reino de Deus e a Nova Desordem Mundial*, da editora Paulus, Richard Horsley faz uso dos estudos sociológicos como parâmetro de análise da vida e dos ensinamentos de Jesus.

Horsley é conhecido por sua abordagem social das Escrituras. Ele foi professor de artes liberais e religião na Universidade de Massachusetts, em Boston, até sua aposentadoria em 2007. Além do livro ora resenhado, é também autor de *Jesus e a Espiral da Violência*, da mesma editora.

O livro *Jesus e o Império* está dividido em cinco capítulos. Porém, o leitor não deve saltar a introdução. Lá já podemos perceber a linha adotada pelo autor e sua intenção, qual seja, desconstruir a ideia tradicional que se tem do Jesus histórico. Do início ao fim, sua hermenêutica é conduzida pelo pensamento ideológico de que Jesus foi um libertador à moda dos libertadores camponeses, cansados de pagar impostos aos tiranos, que arrebanhou um grupo de camponeses e produziu uma revolução para reverter a ordem social.

De certa forma, Horsley atribui aos americanos a leitura tradicional de um Jesus completamente religioso e que não se envolve nas questões políticas e sociais. A identidade ambígua dos Estados Unidos, porém, foi sacudida após o evento de 11 de setembro e, segundo o autor, já não se pode mais “ficar com essas representações domesticadas de Jesus” (p. 9). Para ele, a nação judaica como um todo reagiu à ocupação romana e seria muito difícil

* Mestre em exegese bíblica e linguística pelo Dallas Theological Seminary. Tradutor do Novo Testamento para uma língua indígena pela Agência Presbiteriana de Missões Transculturais (APMT). Aluno do STM-NT no CPAJ.

imaginar um Jesus alheio às ações do seu próprio povo. Segundo o autor, há quatro pressupostos que contribuem para uma análise do Jesus despolitizado: (1) O pressuposto ocidental de que a religião está separada da política e da economia. (2) A religião é uma esfera separada e pertence ao indivíduo. (3) A orientação científica dos acadêmicos. (4) Intérpretes eliminaram falas de Jesus, considerando inautêntico tudo o que parecesse embaraçoso. Ele então conclui que esses pressupostos são equivocados e revelam uma cosmovisão ocidental e moderna, longe da realidade cultural e histórica do Oriente Médio. Esses pressupostos são, porém, indefensáveis quando se trata da pesquisa e reconstrução históricas (p. 10). O autor defende a necessidade de que se olhe para Jesus a partir do contexto social, político e econômico da época. Ele afirma que “se queremos compreender o Jesus histórico num contexto histórico mais completo e adequado, precisamos, sem dúvida, conceber uma abordagem mais abrangente e relacional” (p. 15-16).

Ao afirmar: “Baseados num levantamento dos vários movimentos de resistência entre os galileus e os judeus, podemos começar a suspeitar que Jesus não era uma figura absolutamente rara” (p. 16), o autor prepara o terreno para o que será de fato a sua visão e metodologia. Para saber quem Jesus era, não devemos olhar para Jesus propriamente, mas para o contexto em que ele viveu. E aqui se encontra o primeiro perigo, pois Horsley comete o mesmo equívoco em que acusa os outros de terem caído, ou seja, deixar que o contexto em si determine o sentido das coisas. A lógica é mais ou menos a seguinte: se Jesus viveu em uma palestina ocupada onde a rebelião e insurgência contra o império eram as marcas do povo judeu, especialmente dos galileus, ele deve ter agido da mesma forma. Ele deve ter sido um guerrilheiro e revolucionário. Com esse pressuposto à mão, tudo o que Jesus disser terá que passar pelo filtro desse pensamento. Assim, o contexto é absoluto e o texto apenas um pretexto para o que se quer entender.

O capítulo 1 trata do surgimento e expansão do Império Romano. É uma análise de como a pequena vila fundada por Rômulo e Remo se tornou um grande império, derrotando impérios anteriores. Na visão do autor, o que motivou o império não foi apenas o domínio militar e político em si, mas a questão econômica, ou seja, dominar os outros para se beneficiar economicamente. Assim surgiu o populismo democrático (p. 23), uma nova forma de imperialismo. Essa nova ordem mundial que favorecia os romanos trazia desordem e miséria para os povos dominados (p. 24). A conquista sempre implicava em devastação do interior, queima de aldeias, pilhagem de cidades, morticínio e escravidão da população. Para manter os povos dominados cativos, os imperialistas usavam o terrorismo e a barbárie, com execuções públicas de qualquer um que se levantasse contra o império.

O capítulo 2 é uma análise das constantes revoltas perpetradas pelos galileus e judeus contra o imperialismo romano. Segundo o autor, esses dois povos

se destacavam entre os subjugados por sua rebeldia. Houve quatro revoltas principais. A primeira quando Herodes foi designado rei pelo império em 40 a.C. Muitos não o aceitaram e lançavam ataques de guerrilha que duraram três anos. A segunda foi em 4. d.C., no final do governo de Herodes. Durante a Páscoa ecoaram protestos em Jerusalém que produziram revoltas na zona rural e demais regiões da Palestina. A terceira foi a revolta generalizada de 66 d. C. Na ocasião a população atacou sumos sacerdotes e suas mansões. Essas ações culminaram com a destruição de Jerusalém e do templo em 70 d.C. Por fim, mesmo após a destruição de Jerusalém, revoltas e insurreições continuaram pelas mãos de Simão bar Kokhba, sessenta anos mais tarde (132-135 d.C.).

No capítulo 3 o autor chega de fato à sua tese principal: se considerarmos o contexto em que o Jesus histórico viveu, traçaremos um quadro bem diferente de quem ele é e do que ensinou. O autor inicia o capítulo fazendo uma crítica aos estudos tradicionais do Jesus histórico por buscarem analisar Jesus com base apenas em seus ditos, uma vez que os ditos são fragmentos artificiais que não podem se constituir em unidades de comunicação (p. 64). Ele tem razão ao afirmar que precisamos do contexto em que os ditos foram proferidos para entendermos a real significação do que foi dito. O restante do capítulo é uma apresentação de aspectos desse contexto histórico que são relevantes ao processo interpretativo do Jesus histórico nos evangelhos. Por exemplo, havia divisões de classes. De um lado, a elite composta por governantes, romanos e sacerdotes; do outro, o povo. Outro exemplo seriam as formas sociais de vida, moradia em aldeias e cidades, vida comunitária e agrária etc. O autor conclui que, considerando a natureza da comunicação e analisando os evangelhos com base nessa natureza, devemos imaginar o texto como enriquecido de sentido contextual, pleno e objetivo para comunidades específicas de fala hebraica. Para ele, por exemplo, o Evangelho de Marcos foi escrito para demonstrar aos cristãos como Jesus estabeleceu o Reino de Deus e se insurgiu contra o Império Romano ao propor a renovação de Israel (p. 85).

O capítulo 4 é o desenvolvimento da tese mencionada. Segundo o autor, ao anunciar a renovação de Israel, Jesus pronuncia a sentença sobre o império e sobre a liderança religiosa de Israel. Aqui, algumas de suas afirmações são exageradas e sua hermenêutica duvidosa. Ao analisar, por exemplo a expressão “filhos do Reino”, ele considera como uma referência aos líderes judaicos, o que me parece ser uma interpretação conveniente, uma vez que uma melhor opção contextual seria considerar como referência à nação de Israel de forma geral, ou pelo menos àqueles que rejeitavam Jesus como Messias, independentemente de serem parte da liderança religiosa ou não. Segundo ele, Mateus e Lucas, de fato, usam a expressão para se referir à nação como um todo, mas isso se deu somente após a destruição de Jerusalém. A fonte original usada por Mateus e Lucas, o hipotético documento Q, não trazia essa perspectiva. Não creio que haja dúvida da parte de qualquer estudioso de que

Jesus se contrapôs aos líderes de Israel. Os textos demonstram isso. Mas daí a afirmar que denunciar essa liderança e promover uma revolução social dos pobres era o propósito final de Jesus há uma longa distância!

Ainda outro caso curioso é sua análise da resposta de Jesus à pergunta se era lícito pagar imposto a César. Segundo o autor, todo mundo que ouviu a resposta de Jesus entendeu que sua resposta era “não, não se deve pagar imposto a César”. Ora, segundo o próprio autor, os fariseus eram os que defendiam essa tese. Então, se a resposta de Jesus confirmava a tese dos fariseus, por que cargas d’água esse segmento fez oposição tão ferrenha a Jesus? O natural seria interpretar que eles considerariam Jesus um aliado. Mais estranha ainda é a sua interpretação de que os exorcismos praticados por Jesus eram uma forma de derrotar o Império Romano (ver p. 108).

Outra interpretação não menos estranha é a sua análise do episódio dos demônios que entraram nos porcos e conseqüentemente se precipitaram no mar, em Marcos 5. Para ele, como o nome dos demônios era “legião”, isso significava a derrota dos soldados romanos por Jesus. E mais, que as pessoas que presenciaram o fato se lembrariam do episódio do Mar Vermelho, quando os exércitos de Faraó submergiram sob o poder de Deus. Muito estranha essa análise, para dizer o mínimo.

O quinto e último capítulo trata do conceito de aliança e o ideal de vida em comunidade e cooperação. Segundo o autor, a população estava oprimida, sobrecarregada de dívidas e as formas sociais fundamentais da família e da sociedade se desintegravam. Ele insiste que as possessões demoníacas eram representações da opressão romana e que ao expulsar esses demônios Jesus estava expulsando os romanos e suas “legiões” da terra de Israel. Para ele, cada história de cura não era uma cura individual, mas cura social das comunidades subsequentes (p. 120). O povo precisava ser renovado. E para essa renovação, segundo o autor, a cooperação comunitária era a chave. Por fim, essa renovação comunitária passa obrigatoriamente pela resolução de conflitos econômicos e sociais da comunidade. Aqui o leitor perceberá uma linguagem muito semelhante à dos proponentes da Teologia da Libertação. Em momento algum o autor aborda a necessidade do povo de Israel como sendo espiritual. Para ele, o problema do povo não é com Deus e sim com as estruturas opressoras. Pecado, se há, é pecado em esfera totalmente social e foi para isso que Jesus veio, para libertar o povo simples da opressão, para fazer uma revolução social. Isso fica evidente quando ele afirma que a promessa de Jesus “e no futuro, a vida eterna” é uma observação sem importância (ver p. 135).

Uma observação necessária a se fazer é quanto à hermenêutica do autor e seus pressupostos. Como para ele os aspectos sociais e econômicos são os problemas reais da nação de Israel, toda a leitura que ele faz dos evangelhos não apenas é influenciada por esses pressupostos, mas determinada por eles. Ele se tornou prisioneiro de sua cosmovisão. O texto não o desafia, corrige

ou questiona como deveria fazer em um processo hermenêutico normal. É fato que todos nós nos aproximamos do texto com pressupostos. Porém, até que ponto esses pressupostos determinam o sentido intentado pelo autor é algo com que precisamos ter cuidado.